

Cinco anos de crise

A crise que se abateu sobre a economia mundial, logo nos primeiros meses após o início da administração Figueiredo, e que teve dois momentos significativos no segundo choque do petróleo, em setembro de 1979, quando o preço do barril pulou de 12 para 32 dólares, e no choque financeiro de setembro de 1982, quando países altamente devedores, como o Brasil, tiveram virtualmente fechado para si o mercado financeiro internacional, marcou, sem a menor dúvida, a frustração do projeto econômico do atual Governo, que hoje atinge o seu quinto ano de vida deixando como herança um processo recessivo e uma penosa política de ajustamento receitada de fora para dentro.

É inegável, contudo, que neste período, promovemos um esforço gigantesco para implantar uma política de substituição energética e de dependência do petróleo importado, cujos frutos estão sendo colhidos agora, quando nos aproximamos da produção diária de meio milhão de barris de petróleo e os resultados da estratégia de racionalização do consumo são expressos em reduções, cada vez mais significativas, dos dispêndios com a importação líquida de óleo cru. O Programa Nacional do Alcool constitui-se em alternativa válida para a utilização do petróleo e em obrigatório ponto de referência para todos os países interessados na substituição da energia petrolífera. É claro que esse programa de energia teve suas bases estabelecidas na administração anterior, mas não há dúvida que foi durante o atual Governo que ele pôde deslanchar e apresentar os resultados altamente compensadores de hoje.

Aliás, é graças a esse programa de energia, que o crescimento do Produto Interno Bruto, por dois anos consecutivos, apresentando-se negativo, não desceu ainda mais ao fundo do poço, sendo sustentado pela produção mineral e pecuária, na qual o petróleo e o álcool pontificam como essenciais.

Todavia, é no decorrer desse penoso processo de ajustamento, do qual resultará um novo perfil de consumo para o brasileiro, situado em patamar mais baixo, e uma alteração substancial na estratégia industrial, que a sociedade vai-se empobrecendo e tornando-se mais agudos os problemas de distribuição de renda.

Embora algum esforço tenha sido feito para melhor dividir entre os diversos agentes econômicos o ônus desse ajustamento, o fato inegável é que, durante o processo, um dos setores mais privilegiados da economia, no caso o setor financeiro, acabou ficando com a parte do leão. Só recentemente, alertado para a gravidade da situação, o Governo decidiu impor a este segmento algum sacrifício, ainda assim insuficiente, em comparação com os elevados lucros especulativos gerados durante os primeiros anos da crise.

Mas o equívoco essencial do Governo está na escolha da estratégia de gerenciamento da crise: buscou-se o aumento da carga tributária como forma de gerar recursos destinados a financiar o déficit governamental, quando o melhor caminho teria sido reduzir drasticamente os próprios dispêndios do setor público. Para tanto, contudo, seria necessária força política e credibilidade do Governo junto à sociedade, o que sempre lhe faltou.

MILANO LOPES